

MARCHA NACIONAL PELO DIREITO À CIDADE



arquivo unmp

radia popular, urbanização de favelas, saneamento e mobilidade. O golpe também atinge espaços de participação social como as Conferências e Conselhos, igualmente paralisados.

Por isso, é fundamental a soma de esforços entre os movimentos urbanos, trabalhadores e o conjunto dos movimentos sociais em defesa da democracia. A luta pelo direito à cidade expressa um conjunto de pautas comuns dos movimentos que resistem organizadamente. Em nossa luta percebemos a necessidade de olhar para a cidade de forma ampla, em que se articule o direito à moradia com o saneamento, mobilidade, regularização fundiária, além de equipamentos e serviços essenciais, emprego digno, saúde e educação.

Na Marcha Nacional pelo Direito à Cidade, exigimos:

- Retomada da construção da política nacional de habitação, com investimentos para a urbanização de favelas e regularização fundiária, assistência técnica e melhoria e produção habitacional
- Retomada dos investimentos no Minha Casa Minha Vida para a faixa mais baixa de renda, com 100 mil unidades por ano para o MCMV Entidades e 100 mil unidades por ano na Habitação Rural
- Retomada dos investimentos em saneamento e mobilidade
- Realização da VI Conferência Nacional das Cidades em 2018
- Retomada imediata do Conselho Nacional das Cidades
- Retomada de um projeto nacional de desenvolvimento, que garanta nossa soberania, com geração de empregos, fortalecimento da nossa economia, em especial da nossa indústria
- Revogação da EC 95/2016, que limita os gastos em políticas sociais, em especial da saúde, educação e redes de proteção social
- Revogação das mudanças na legislação Trabalhista e da Terceirização, que fragilizam as relações de trabalho, a organização sindical do trabalhador e beneficiam somente o patrão
- Proteção dos serviços públicos da ameaça da privatização, principalmente nos serviços de saneamento, energia e na defesa da Caixa Econômica Federal

Reforma Urbana Já!

A União Nacional por Moradia Popular (UNMP), junto com a Central dos Movimentos Populares – CMP, Confederação Nacional de Associações de Moradores – CONAM, Movimento de Luta de Bairros e Favelas – MLB, Movimento dos Trabalhadores Desempregados – MTD e Movimento Nacional de Luta por Moradia – MNLM, está novamente nas ruas em defesa da democracia e da moradia popular. Os protestos contra o aumento no preço dos combustíveis que pararam o Brasil foram mais uma evidência de que o povo brasileiro está insatisfeito com tantos retrocessos na política eco-

nômica e social. O golpe em 2016 se perpetua e avança sobre a democracia, os direitos e conquistas históricas dos trabalhadores. Por isso, dizemos Fora Temer! Não podemos tolerar um presidente usurpador que implementa uma agenda ultraliberal, derrotada nas urnas por quatro eleições consecutivas.

Nas cidades, os efeitos são de piora significativa na vida das pessoas. Além do aumento no custo de vida, o País atinge novos recordes de desemprego e aumento nos índices de pobreza e miséria. Além disso, seguem completamente paralisadas as políticas voltadas à construção de mo-

	Dia 05/06	Dia 06/06	Dia 07/06
Manhã	4h - Chegada das delegações na Rodoferroviária 6h - Saída da Marcha	9h - Aula Pública Conflitos Fundiários / Regularização Fundiária 11h - Aula Pública: Construção da plataforma BRCidades	10h - Audiência Pública da Comissão de Desenvolvimento Urbano – Conselho e Conferência nacional das Cidades
Tarde	15h - Ato contra as privatizações 17hs - Aula Pública: Mobilidade urbana 18:30h - Aula Pública: Democratização das comunicações	14h - Aula pública: Contra a revisão do marco legal do saneamento 15:30 - Passeata rumo ao palácio do Planalto e STF 17h - Ato #Lula Livre	14h - Aula Pública: Política Habitacional 16h Encerramento da Marcha
Noite	20h - Aula Pública e ato Cultural Juventude e Cultura Urbana de Resistência	20h - Filme O Processo	

Programa MCMV-Entidades segue paralisado pelo governo golpista

arquivo UNMP



O golpe contra a presidenta Dilma impactou diretamente as famílias mais pobres, com a retirada de direitos e o corte de investimentos nas áreas sociais. A área da habitação foi uma das mais afetadas, com a inversão de prioridades em favor dos mais ricos. A curva de contratação do programa Minha Casa Minha Vida hoje prioriza as faixas mais altas de renda, praticamente zerando os investimentos para as famílias de baixa renda.

Já em maio 2016, as contratações de novas unidades habitacionais no programa Minha Casa Minha Vida Entidades foram interrompidas. Ao longo do ano, a UNMP e diversos movimentos de moradia saíram às ruas para lutar pela retomada do programa. Depois de muita luta dos movimentos, o governo golpista anunciou em fevereiro de

2017 que retomaria o Minha Casa Minha Vida Entidades. Milhares de famílias se mobilizaram, mas a seleção somente aconteceu depois de um longo ano de reivindicação. Apesar do anúncio de que as reivindicações seriam atendidas, o Governo deu outro golpe no Programa Minha Casa Minha Vida - Entidades, ao contrariar a própria legislação e encurtar o prazo para 30 dias para a contratação. Além disso, acabou com a compra antecipada e fraudou as propostas das entidades que solicitaram recursos para contratação de projetos.

Depois de muita luta, o governo golpista anunciou que faria a retomada das contratações, mas até o momento nada de concreto foi realizado. Por isso, os Movimentos estão mais uma vez em marcha para protestar e reivindicar a Retomada do programa Minha Casa,



A área da habitação foi uma das mais afetadas, com a inversão de prioridades em favor dos mais ricos

Minha Vida Entidades, a ampliação da meta de contratação para 80 mil Unidades Habitacionais em 2018, a reabertura do Processo de Seleção das Entidades, a definição de prioridade para imóveis oriundos de doação do poder público INSS e SPU e Prefeituras e a retomada do Programa de Assistência Técnica.

Em defesa do Conselho e da Conferência Nacional das Cidades

O governo golpista de Michel Temer (MDB), além de vir da derrubada de uma presidenta legitimamente eleita, promove ataques a conquistas históricas de participação e controle social. A habitação é a área mais atingida pelos retrocessos na política participativa: o governo cancelou a 6ª Conferência das Cidades e acabou com o Conselho Nacional das Cidades, promovendo o desmonte do conjunto de instrumentos de participação social nas políticas urbanas.

Ao publicar o decreto 9.076/2017, em junho daquele ano, o governo retirou poderes do Conselho Nacional das Cidades e atacou toda estruturação de um sistema de participação popular e gestão democrática, previsto na lei 10.257/2001, o Estatuto das Cidades. Os poderes sobre a Conferência Nacional das Cidades foram transferidos ao Ministério das Cidades e foi retirada a competência da conferência de eleger os membros do conselho, o que dá margem à existência de um conselho totalmente indicado pelo governo.

Pela importância de garantia da participação social na política urbana, a UNMP exige a realização da 6ª Conferência Nacional das Cidades e a retomada do Conselho Nacional das Cidades. Somente com uma estrutura participativa forte, deliberativa e popular teremos condições de garantir a construção de uma política nacional de habitação verdadeiramente democrática.

UNMP está na luta pela criação de uma Lei Nacional da Autogestão

arquivo UNMP



Apesar das conquistas, falta avançar em um marco legal

conquistar uma legislação aprovada pelo Congresso Nacional e sancionada pela Presidência que consolide e garanta continuidade à efetivação do direito à moradia pela autogestão.

A legislação deve prever que as famílias se organizem em associações e cooperativas de fato, ou seja, que primeiro venham as famílias organizadas e que a luta seja o parâmetro da conquista da moradia. Defendemos que os trabalhadores controlem o processo de obra e que as construtoras sejam excluídas desse processo. Para nós, moradia não é mercadoria. Defendemos também o controle do pós-ocupação, que o trabalho social empodere as famílias e aumente a consciência crítica, além do direito das associações e das cooperativas definirem os critérios de seleção de famílias, pois somos radicalmente contra a formas tradicionais de seleção, como o sorteio de famílias, em que o direito passa a ser objeto de sorte e de favorecimento político. É preciso ainda garantir fontes de recursos permanentes, para todo processo que envolve a autogestão, como a produção, a formação e o financiamento de projetos.



percebemos que a autogestão produz uma moradia que garante melhor qualidade de vida para os moradores

Historicamente, a União Nacional por Moradia Popular (UNMP) tem a autogestão como princípio de luta e efetivação do direito à moradia. A autogestão na habitação é a proposta de que a própria comunidade faça toda gestão do processo de solução para sua habitação. É a comunidade organizada, em movimentos populares, associações e cooperativas, que decide a solução para sua própria habitação, seja em ações de produção habitacional ou na urbanização dos territórios em que vivem. Defendemos a participação popular em todas as etapas relacionadas à conquista da moradia: a definição do terreno, o projeto, a escolha da equipe técnica ou as formas de construção, além do controle dos recursos públicos e da obra pela própria comunidade.

Para avançar na conquista de programas habitacionais autogestionários e a organização da vida comunitária na concretização do direito

à moradia adequada, a UNMP está em campanha pela criação de uma Lei Nacional da Autogestão. A proposta é defender uma legislação que consolide o conceito de autogestão como princípio da produção da moradia popular, estabeleça diretrizes para políticas de terra e combata a especulação imobiliária, garantindo fontes de recursos permanentes para todo processo que envolve a autogestão, como a produção, a formação e o financiamento de projetos.

Em nossa experiência de luta, percebemos que a autogestão produz uma moradia que

garante melhor qualidade de vida para os moradores, qualidade da habitação e integração com a cidade. Trata-se da moradia como porta de entrada para uma cidadania plena e para a construção de todos os direitos que historicamente foram negados neste país. A Política Nacional de Habitação aprovada em 2004 ainda é genérica ao indicar as estratégias para enfrentar o déficit habitacional no Brasil. O mesmo se pode dizer em relação ao Plano Nacional de Habitação, aprovado em 2009. Em ambos, a autogestão está presente como uma das estratégias que o governo federal adotaria junto aos movimentos sociais, que con-

quistaram três importantes programas com previsão de autogestão habitacional: o Crédito Solidário, a Produção Social da Moradia e o Minha Casa Minha Vida Entidades.

Apesar das conquistas, falta avançar em um marco legal que dê continuidade e solidez às políticas autogestionárias. Todos os programas foram feitos em base de decretos, de resoluções, de instruções normativas e de portarias, regras feitas pela própria administração pública que não garantem que, com a mudança de governo, não haja revogação destas políticas. O contexto atual exemplifica a fragilidade das conquistas, pois com o Golpe de 2016 todas as contratações do Programa Minha Casa Minha Vida Entidades foram paralisadas. Além disso, por diversas vezes, lideranças e associações são questionadas e criminalizadas pelo preconceito e falta de critérios claros por parte do judiciário. Portanto, o desafio é



Lula Livre! Eleições sem Lula é fraude!



A União Nacional por Moradia Popular (UNMP), por seu compromisso histórico com a democracia e a inclusão social, participa ativamente das ações em defesa da liberdade do presidente Lula e de sua candidatura às eleições deste ano. Em dois anos, o golpe se aprofundou com a aliança dos setores da direita, das elites, dos grandes meios de comunicação, e dos poderes Executivo, Legislativo e do Judiciário. A aliança golpista agiu para impedir que o presidente Lula seja candidato nas eleições de 2018, o que levou a sua condenação e prisão sem provas em sete de abril de 2018. Exigimos Lula Livre! Eleição sem Lula é Fraude!

A agenda do golpe, com retirada da presidenta Dilma do poder a partir de 12 de maio de 2016, foi sentida especialmente pelas famílias mais pobres, com a retirada de direitos e o corte de investimentos nas áreas

é preciso que o povo brasileiro se organize e lute em defesa de um projeto político

sociais. A tentativa de impedir Lula, o líder nas pesquisas de intenção de voto, de se candidatar significa impedir o projeto político que o petista representa. Em seu discurso em 7 de abril em São Bernardo do Campo, SP, o presidente Lula deixou explícitas as motivações de sua condenação sem provas: “eles não querem o Lula de volta porque pobre na cabeça deles não pode ter direito. Não pode comer carne de primeira. Pobre não pode andar de avião. Pobre não pode fazer universidade. Pobre nasceu, segundo a

lógica deles, para comer e ter coisas de segunda categoria”.

Por isso, em um contexto de profunda crise política, econômica e social, é preciso que o povo brasileiro se organize e lute em defesa de um projeto político que Lula representa, de transformação social, desenvolvimento e conquista de direitos. Nas palavras de Lula: “Não adianta eles acharem que vão fazer com que eu pare, eu não pararei porque eu não sou um ser humano, sou uma ideia, uma ideia misturada com a ideia de vocês (...). Todos vocês, daqui pra frente, vão virar Lula e vão an-

dar por este país fazendo o que vocês têm que fazer e é todo dia! Eles têm de saber que a morte de um combatente não para a revolução (...). Os poderosos podem matar uma, duas ou três rosas, mas jamais poderão deter a chegada da primavera. E a nossa luta é em busca da primavera”.

UNMP na luta contra a criminalização dos movimentos de moradia

A Tragédia da Torre de Vidro, que ruiu no Largo do Paissandu, Centro de São Paulo, na madrugada do 1º de Maio, deixando dezenas de vítimas, recolocou novamente na agenda da mídia e dos golpistas a criminalização dos movimentos de moradia e das lideranças sociais. A tragédia logo foi esquecida, sem que o poder público e os especuladores que lucram com a terra e os vazios urbanos, os verdadeiros culpados, fossem responsabilizados. A narrativa da mídia e das autoridades públicas foi de criminalização dos Movimentos Sem Teto e culpabilização das vítimas, conjugada com a omissão na efetiva resolução do problema habitacional da cidade. A ampla repercussão também fez avançar a agenda de criminalização dos movimentos por todo País, com ações contra ocupações e lideranças em diferentes cidades.

Por essa razão, União Nacional por Moradia Popular (UNMP) entende que é fundamental o engajamento de todas e todos no combate à criminalização dos movimentos sociais. Desde o golpe só aumentou o uso de parte do aparato do Judiciário para perseguir lideranças, em aliança com os meios de comunicação tradicionais. A criminalização das lideranças é a face mais visível de um amplo processo de enfrentamento, que envolve perseguição judicial e embates direitos. Os maiores exemplos disso são a intervenção militar no Rio de Janeiro, o avanço dos conflitos no campo e nas cidades e o assassinato de centenas de lideranças, cujo caso mais emblemático é o da Vereadora do PSOL Marielle Franco e de seu motorista Anderson Pedro, em 14 de março, no Rio de Janeiro-RJ, ainda não solucionado. Estamos em luta contra a criminalização dos movimentos e pelo direito de seguir vivos na luta por um projeto popular para o Brasil.

Expediente

Rua Conselheiro Furtado 692 – Sala 03 - 01511-000, Liberdade, São Paulo – SP, Brasil
 Telefone: (55 11) 3825-5725 / 3664-7812
www.unmp.org.br | facebook.com/uniaoacionalpormoradiapopular
 Jornalista Responsável: Hugo Fanton
 Diagramação: Diva Braga

Apoio

